

A IMPORTÂNCIA DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO NO ATUAL CENÁRIO ECONÔMICO BRASILEIRO

Alyne da silva Santos¹

Rafaela Alves Siqueira dos Santos²

Sebastião dos Santos³

RESUMO

O presente trabalho de pesquisa tem como objetivo principal apresentar o cooperativismo de crédito. Cooperativa é uma associação autônoma de pessoas, que se unem voluntariamente para oferecer as pessoas físicas e jurídicas produtos e serviços bancários, autorizada a funcionar e fiscalizada pelo Banco Central do Brasil. Oferecendo um atendimento sem burocracia, com taxas de juros e tarifas inferiores as praticadas pelo mercado financeiro. Elas são instituições financeiras sem fins lucrativos diferentemente dos bancos, os quais visam ao lucro por excelência. O objetivo principal das cooperativas sempre foi promover o desenvolvimento econômico e social dos seus cooperados, proporcionando serviços financeiros a custos inferiores em relação aos do sistema financeiro bancário tradicional. As instituições financeiras cooperativas já formam a segunda maior rede de atendimento de serviços bancários do país, somando mais de 5 mil pontos de atendimento em mais de 40% dos municípios brasileiros.

PALAVRAS-CHAVE: Cooperativismo; Sociedade; Livre admissão.

ABSTRACT

This research work has as main objective to present the credit union. Co-operative is an autonomous association of persons who voluntarily join to offer individuals and corporate

¹ Graduando em Administração de Empresas.

alyne_bt@hotmail.com

² Graduando em Administração de Empresas. rafa.alvessiqueira@gmail.com ³

Orientador. Prof. de Administração.

stimsans@gmail.com

banking products and services, authorized to operate and supervised by the Central Bank of Brazil. They offer an unbureaucratic service, with lower interest rates and rates used in the financial market. They are non-profit financial institutions unlike banks, which for-profit par excellence. Financial institutions unions now form the second largest bank of the country service branch network, adding more than 5,000 service points in more than 40% of Brazilian municipalities

KEYWORDS: cooperatives; Society; Free admission.

1. INTRODUÇÃO

O cooperativismo de crédito se constituiu com a importante missão de ser instrumento de organização econômica da sociedade. O que se propõe não é o lucro, mas a inclusão financeira de milhões de pessoas no mundo, independentemente da origem, atividade econômica ou classe social. Ao longo do tempo, conquistou a confiança e provou ser um modelo sustentável e moderno. Hoje atuam 57 mil cooperativas de crédito em 103 países, reunindo 208 milhões de pessoas. Estes números representam instituições financeiras que além de oferecerem produtos e serviços ao mercado, trazem aos associados a possibilidade de serem donos do negócio e não apenas clientes.

No Brasil, a visão de sustentabilidade do cooperativismo de crédito ganha uma importância maior com o atual momento do cenário econômico. Segundo o Bacen, entre a crise financeira mundial, em 2009, e o início da estabilização do Sistema Financeiro Nacional, em 2011, o cooperativismo de crédito deu um salto no volume de ativos de R\$ 58 milhões – quase dobrando o tamanho. O volume de operações de crédito teve crescimento total no período de 483%, o que representa, em média, um aumento ano a ano de 60,3% nas operações das cooperativas de crédito.

O Banco Central vem estimulando as cooperativas de Crédito com ajustes na regulamentação, ao mesmo tempo em que tem promovido debates e proposições que buscam o fortalecimento dos pilares indispensáveis a consolidação.

Para o segmento do cooperativismo de crédito brasileiro, 2015 será um ano de consolidação dos avanços apresentados ao longo do tempo. O crescimento deve manter os índices que vem apresentando nos últimos anos, pois as cooperativas de crédito tem demonstrado capacidade de absorção adequadas dos efeitos de instabilidade no cenário econômico. Isto deve-se, principalmente, pela solidez conquistada e ao nível de proximidade e de relacionamento que as cooperativas mantêm com seus associados.

As cooperativas financeiras (ou cooperativas de crédito) oferecem praticamente os mesmos serviços que os bancos – conta corrente, cartões de crédito e débito, poupanças e outras aplicações, linhas de crédito, etc.

Além disso, os cooperados também contam com o Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), que assegura créditos de até R\$ 250 mil, por CPF, CNPJ, em caso de intervenção ou de liquidação extrajudicial de cooperativas.

De acordo com o Banco Central, a efetiva participação dos associados, comparecendo às assembleias e participando do dia a dia das cooperativas, constitui fator primordial para aprimoramento ainda maior desse importante veículo de acesso a serviços financeiros pela população brasileira.

2. REFERENCIAIS TEÓRICOS

2.1. Movimento Cooperativista: uma breve contextualização histórica.

É, praticamente, consensual identificar o surgimento das cooperativas como uma forma de contraposição à exploração capitalista do século XIX, principalmente a partir das acirradas manifestações da classe operária, notadamente, em países como Inglaterra e França. Essas manifestações despontaram como embrião de uma nova forma de organização social, o que na visão de Rech (2000) fomentava a possibilidade da criação de uma outra forma de trabalho onde as pessoas, em conjunto, exerciam suas atividades laborais libertando-se do jugo capitalista, numa dimensão oposta ao que existia até então. O que predominava nesse novo conceito era a perspectiva de construção de uma organização coletiva onde os interesses individuais, necessariamente, estariam submetidos ao interesse coletivo.

Segundo Polonio (2004), o movimento cooperativista que desponta na Inglaterra durante o movimento Cartista, “em pleno regime de economia liberal, com a Fundação dos Probos de Rochdale, em 1884”, também se opunha a forte exploração capitalista daquele período. O autor traz alguns referenciais, com destaque para a constituição da cooperativa de consumo organizada pelos 28 artesãos de Rochdale cujo objetivo era enfrentar a crise que se debatia sobre a indústria naquele período. No primeiro momento, essa cooperativa passou a atuar no suprimento de gêneros de primeira necessidade aos associados, gradativamente foi incorporando outras atividades até finalmente entrar na área da produção propriamente.

Não se pode deixar de mencionar que, sem a mesma efervescência verificada na Inglaterra, a França e a Alemanha também estiveram na linha de frente como pioneiros no movimento cooperativista, sendo o primeiro o grande responsável pela sua difusão desse ideal no resto do mundo e, ainda, com uma característica singular, as cooperativas nesse país atuavam basicamente na atividade produtiva. Na Alemanha, o movimento foi hegemônico pelos pequenos produtores urbanos e artesãos, certamente, foi esse perfil que contribuiu para que as organizações alemãs estivessem voltadas para as atividades de crédito e consumo.

No entanto, não é raro encontrar algumas concepções acerca do cooperativismo com lados bem distintos, de um lado aquela que sofre uma forte influência dos socialistas utópicos do período do surgimento das primeiras cooperativas, que caracterizam o movimento como frontalmente opositor ao mundo capitalista, nesse sentido, difundem a crença de que as cooperativas constituem uma etapa para a implantação de um novo modo de produção ao molde da sociedade socialista. Há outra formatação que advoga que as cooperativas surgem para ocupar as falhas existentes na estrutura do capitalismo, incorporam parcelas da população excluída do sistema e com dificuldades de absorção pelas engrenagens do modo de produção e, assim, não vislumbram qualquer contradição entre cooperativismo e capitalismo.

As contradições dos pontos de vista, antes, apresentados ficam muito bem evidenciadas em Rech (2004, p.29) com o seguinte exemplo:

Israel, mesmo sendo um país essencialmente capitalista, também implementou uma forma típica de cooperativa socialista, com os seus Kibutz (espécie de cooperativa comunitária de produção agrícola) ou os Moschav) comunidade de agricultores na qual cada um dirige uma granja, sendo o cooperativismo praticado nas operações de compra e venda), ou os Moschav Shituf (com uma só empresa agrícola explorada em comum por todos os habitantes de uma determinada região e cujas rendas são distribuídas entre as famílias segundo suas respectivas necessidades). A propriedade da terra é do Estado e a cooperativa é pensada como se fosse uma aldeia, com sua vida própria e suas relações consolidadas.

O enfoque dado a essas visões sobre o movimento cooperativista é relevante no ordenamento jurídico que rege as cooperativas, o aparato legal, incondicionalmente, vai ser formatado em acordo com a concepção que é estabelecida previamente. Uma legislação pode determinar a constituição de cooperativas com inspiração socialista ou capitalista.

2.2. Os princípios norteadores do cooperativismo

Lima (2004, p.47), diz que a “Aliança Cooperativa Internacional reunida em 1995 em Manchester, Inglaterra, ao sinalizar para o movimento a necessidade em reforçar os valores de ajuda mútua, responsabilidade, igualdade e solidariedade”, tinha como objetivo fortalecer a

importância desse sistema como instrumento de construção de uma sociedade mais justa e mais igualitária, nesse sentido, procurou realçar princípios surgidos junto aos pioneiros, atualizando-os para os dias atuais.

O primeiro princípio: *livre acesso e adesão voluntária* – refere-se a liberdade dos indivíduos em buscar a integração ao grupo, aceitar as suas responsabilidades na condição de associado e poder a qualquer momento deixar a sociedade.

O segundo princípio: *controle, organização e gestão democrática* – diz que essas organizações devem ser controladas pelos seus próprios integrantes, sendo que cada integrante tem direito a um voto, independente de qual seja a sua posição ou quantidade de quotas-parte que detenha. De acordo com esse princípio de igualdade, qualquer membro pode ser eleito para desempenhar funções de gestão dentro da organização.

O terceiro princípio: *participação econômica de seus associados* – a contribuição do associado é equitativa e a propriedade do capital e constitui parte comum da propriedade cooperativa. Para que a cooperativa possa funcionar cada sócio deve contribuir com o capital inicial subscrevendo-o em quotas-parte.

O quarto princípio: *autonomia e independência* – as cooperativas são organizações de ajuda mútua que gozam de autonomia e independência, que devem funcionar com liberdade sem ter que se submeter ao Estado ou quaisquer outras instituições.

O quinto princípio: *educação, capacitação e informação* – essas organizações devem oferecer aos associados, aos dirigentes eleitos e aos empregados em geral, educação e capacitação, como forma de contribuir para o seu desenvolvimento e sustentabilidade. Ao público, em geral, deve prestar informações que ajudem no fortalecimento do movimento.

O sexto princípio: *cooperação entre as cooperativas* – para fortalecer o cooperativismo, deve buscar a integração com as organizações congêneres nos níveis locais por meio de centrais de cooperativas, nos níveis regionais com as federações e nacionais e internacionais por meio das confederações.

O sétimo princípio: *compromisso com a comunidade* – uma cooperativa pode, desde que definido por seus membros, apresentar políticas direcionadas à comunidade na qual ela se insere. Além do mais, na medida em que proporciona benefícios aos associados, o efeito

irradiador consegue ampliar as melhorias e contribuir para o desenvolvimento de agrupamentos sociais bem mais amplos que o daqueles que integram a organização.

Na realidade, esses princípios constituem os pilares pelos quais devem ser erguidas todas as tessituras do movimento cooperativista internacional, pois sem esses elementos norteadores, dificilmente, se conseguiria a construção de um sistema ordenado em acordo como um objetivo comum que é o de solucionar problemas econômicos e sociais através da livre organização daqueles indivíduos, que comungando dos mesmos ideais, buscam melhorar as suas condições de vida e, conseqüentemente, da sociedade como um todo.

2.3. O Cooperativismo no Brasil

As primeiras cooperativas no Brasil surgiram a partir de 1889, mais ou menos meio século depois do aparecimento delas na Inglaterra, segundo o estudo publica pelo MAPA (2006), esse pioneirismo brasileiro nasceu através da Sociedade Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, uma cooperativa tipicamente de consumo. Na esteira desta, várias organizações formadas por funcionários públicos, militares, operários, entre outros, sempre objetivando atender as necessidades dos associados.

No início do século XX, o cooperativismo no país começa a ganhar fôlego através do incentivo das igrejas e, principalmente, pela presença dos imigrantes europeus, não por acaso que o modelo implantado apresentava uma forte semelhança com aquele desenvolvido na Alemanha. A característica marcante desse modelo era a difusão da educação cooperativa como alavanca de estímulo da solidariedade entre as pessoas, construção de um sistema de defesa dos interesses coletivos e uma maciça propaganda acerca das diferenças existentes entre o cooperativismo e a economia de mercado. A diferença baseava-se na defesa do cooperativismo enquanto um sistema comprometido com a justiça social, compromisso esse não presente nas organizações mercantis que formam o segundo modelo.

2.4. Cooperativas de Crédito

O embrião das cooperativas de crédito foram os bancos populares organizados entre os artesãos alemães, ainda no final do século XIX.

Essas organizações surgiram para atender as necessidades de crédito dos associados, contudo, isso só é possível através da capitalização inicial, garantida pelas quotas-partes

disponibilizadas por seus membros. Na verdade, a formação de uma cooperativa de crédito pode ser constituída tanto pela participação financeira dos associados como também através de empréstimos governamentais subsidiados e até mesmo por programas de financiamento mantidos por organizações internacionais.

Atualmente, segundo a Resolução 1.916, de março de 1992, do Banco Central do Brasil ficou estabelecido dois tipos básicos para a concessão de autorização para funcionamento as cooperativas de economia e crédito mútuo e rural, com as seguintes características:

- a) Cooperativa de economia e crédito mútuo: quadro social formado por pessoas físicas que exerçam determinada profissão ou atividades comuns, ou estejam vinculadas a determinada entidade e, excepcionalmente, por pessoas jurídicas que se conceituem como micro e pequena empresa que tenham por objeto as mesmas ou correlatas atividades econômicas das pessoas físicas, ou ainda, aquelas sem fins lucrativos, cujos sócios integrem, obrigatoriamente, o quadro de cooperados;
- b) Cooperativas de crédito rural: quadro social formado por pessoas físicas que, de forma efetiva e predominante, desenvolvam, na área de atuação da cooperativa, atividades agrícolas, pecuárias ou extrativas, ou se dediquem a operações de captura e transformação do pescado e, excepcionalmente, por pessoas jurídicas que exerçam

As cooperativas de crédito têm sido exitosas no desenvolvimento de programas de assistência financeira e de prestação de serviços aos associados, com isso podem suprir as necessidades financeiras para um público que, sem essa alternativa teria que se submeter aos ditames do sistema financeiro operado, majoritariamente, pelos bancos comerciais.

No Brasil, em que pese às desigualdades verificadas entre regiões e até mesmo entre estados, o sistema formado por cooperativas de crédito desempenha um papel importante e tem contribuído, em muito, para o desenvolvimento econômico e social de muitos territórios nas mais diversas regiões do país.

3. METODOLOGIA

O trabalho foi estruturado a partir de um recorte geográfico onde procurou-se demonstrar a incidência do cooperativismo de crédito nas regiões brasileiras e em cada um dos estados, em particular. Os dados e informações que subsidiam o estudo foram buscados em sites e revistas, já a revisão bibliográfica foi conseguida através de pesquisas em livros.

Quanto a coleta dos dados, estes foram organizados e analisados por meio de gráficos para que se possa fazer comparações e identificar as diferentes performances entre as regiões pesquisadas.

O estudo bibliográfico realizado a partir de referências teóricas, sob a ótica de Gil (2009), constitui o início de todo e qualquer trabalho científico, essa base inicial permite ao pesquisador conhecer tudo o que já foi estudado sobre o tema que está sendo abordado, esse método permite, além do contato, a análise acerca das diversas posições existentes sobre um dado problema.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1. Cooperativas de crédito no Brasil por região.

No Brasil, segundo dados do Banco Central, órgão responsável pelo controle e registro existe 1.205 cooperativas de crédito. Como bem demonstrado no Gráfico 1, estas estão bastante concentradas nas regiões Sudeste e Sul, que juntas respondem por algo em torno de 77%. A região Nordeste, apesar de contar com a segunda maior população do país, participa com apenas 9% desse total.

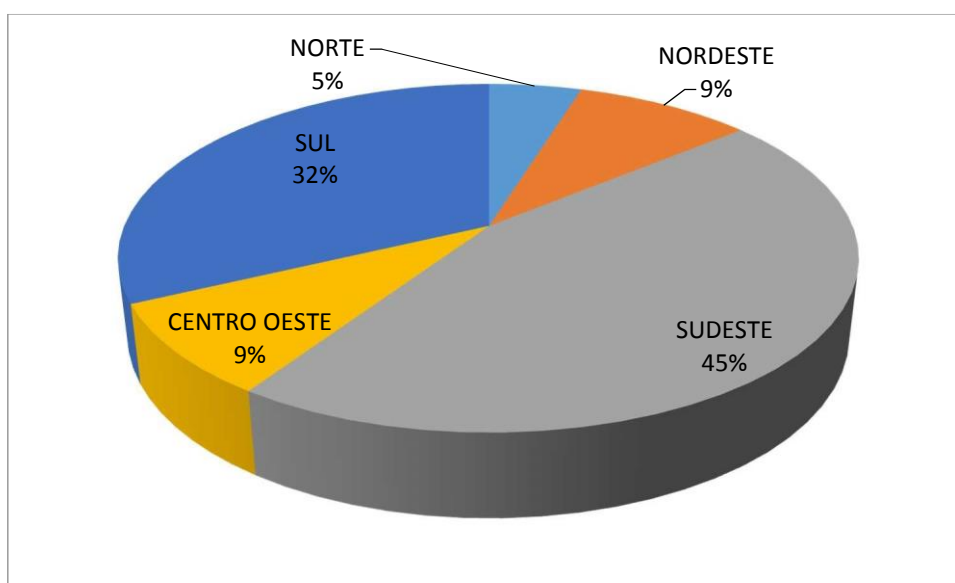


Gráfico 1. Participação percentual das cooperativas brasileiras por região.

Fonte: Bacen (elaborado pelos autores)

4.2. Cooperativas de crédito na região Nordeste.

O Nordeste, de acordo com os registros do Banco Central, dispõe de 111 cooperativas de crédito, das quais, pouco mais de 36 por cento estão concentradas no Estado da Bahia, a Paraíba, por seu turno, vem na segunda posição com 18 por cento, seguida por Pernambuco com uma marca levemente superior aos 13 por cento. Os demais estados, conjuntamente, ficam por volta dos 30 por cento. O Gráfico 2, define de modo claro essa performance, evidenciando tanto o peso dos estados antes citados, como dos estados que individualmente não alcançam ao menos 10 por cento do número das cooperativas de crédito nordestinas.

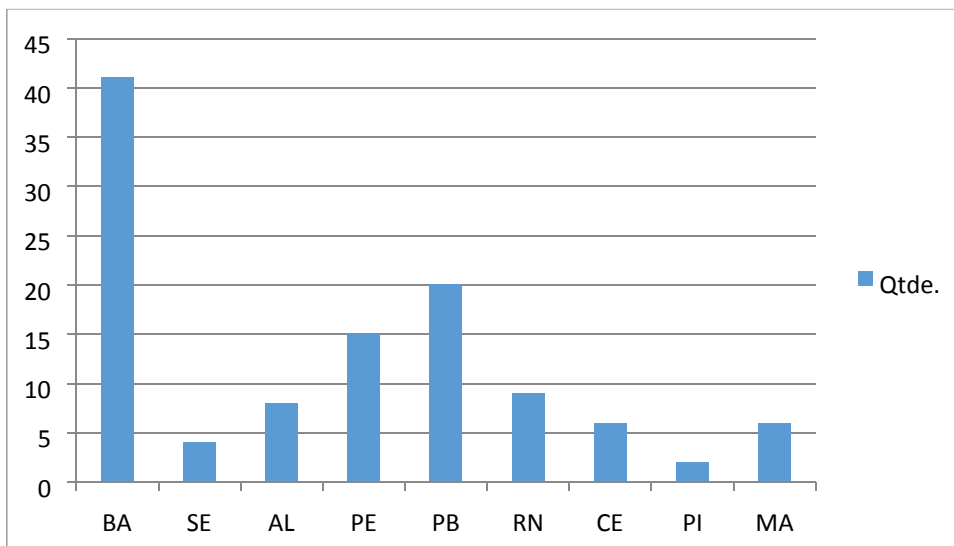


Gráfico 2. Distribuição das cooperativas de crédito pelos estados nordestinos. Fonte: Bacen (elaborado pelos autores)

4.3. Cooperativas de crédito na região Norte.

A região Norte tem uma participação insignificante no cenário nacional, com 58 cooperativas de crédito, quantitativo esse que não alcança nem mesmo a marca dos 5 por cento em relação ao total nacional. Como bem demonstrado no Gráfico 2, os estados de Rondônia, com uma presença correspondente a quase 38 por cento e o Pará acima de 27 por cento, somados atingem uma marca em torno de 65 por cento do total, ou seja, as cooperativas de crédito na região Norte estão concentradas, basicamente, nesses dois estados.

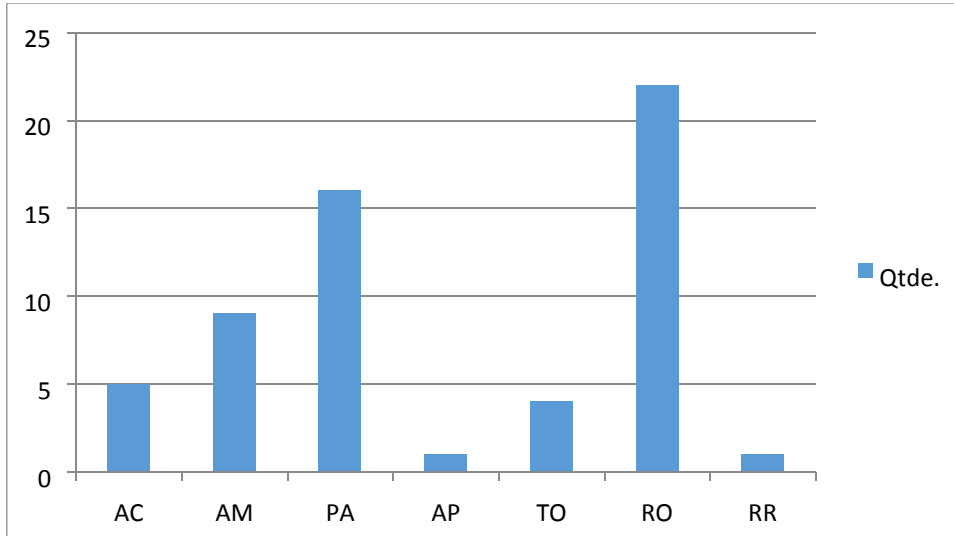


Gráfico 3. Distribuição das cooperativas de crédito pelos estados nortistas.

Fonte: Bacen (elaborado pelos autores)

4.4. Cooperativas de crédito na região Sul.

A região Sul se destaca pela distribuição quase homogênea das cooperativas de crédito por estado, conforme pode ser observado no Gráfico 4, enquanto Santa Catarina, o primeiro colocado participa com algo em torno de 34 por cento, os dois outros estados, Paraná e Rio Grande do Sul, vêm logo em seguida com uma performance em torno dos 33 por cento.

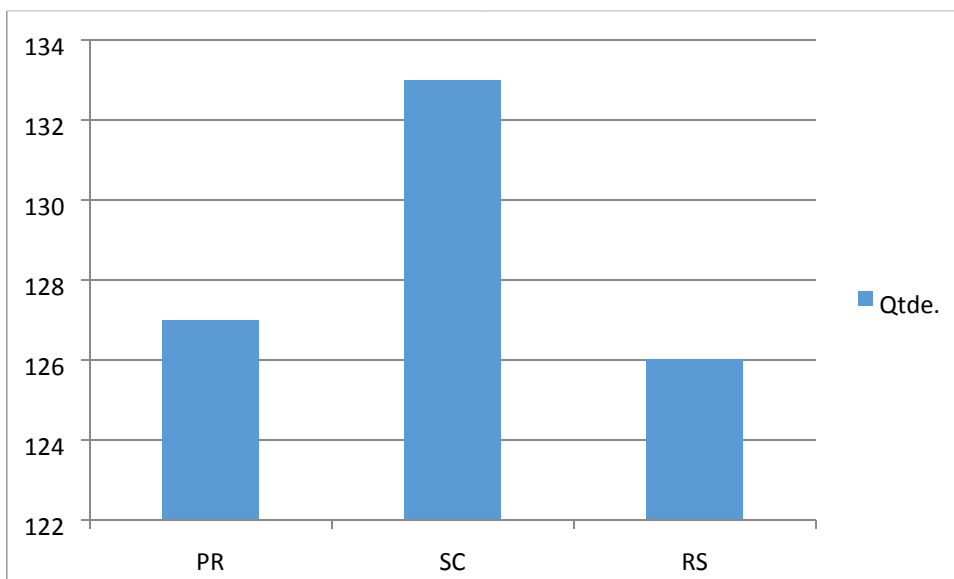


Gráfico 4. Distribuição das cooperativas de crédito pelos estados sulistas. Fonte: Bacen

(elaborado pelos autores)

4.5. Cooperativas de crédito na região Sudeste.

O Gráfico 5, demonstra de forma inequívoca, a liderança do estado de São Paulo, com 46 por cento das cooperativas de crédito existentes na região, o segundo melhor colocado, Minas Gerais, participa em torno de 36 por cento, o Rio de Janeiro com 11 por cento e o Espírito Santo próximo aos 7 por cento complementam o quadro regional.

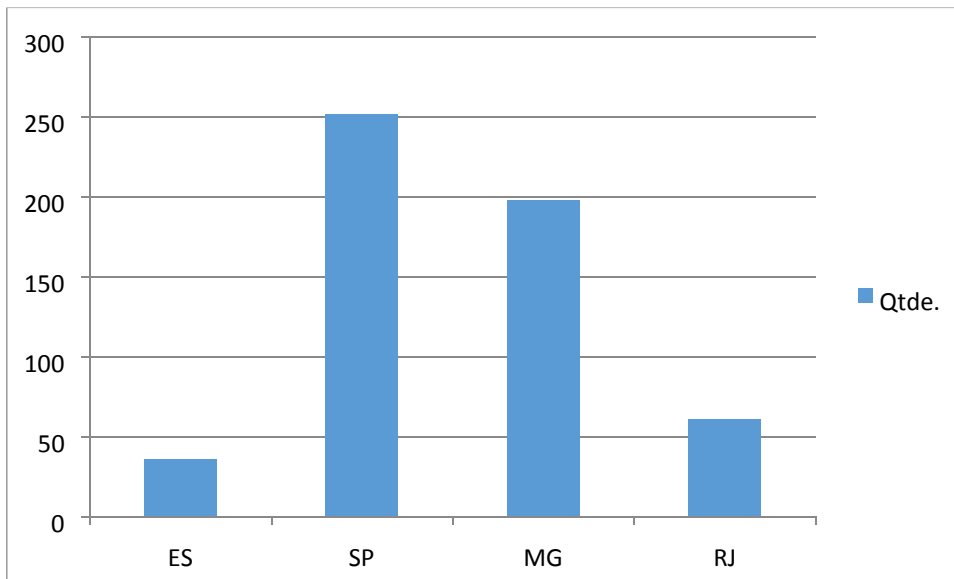


Gráfico 5. Distribuição das cooperativas de crédito pelos estados do sudeste. Fonte: Bacen (elaborado pelos autores)

4.6. Cooperativas de crédito na região Centro Oeste.

Como bem demonstrado através do Gráfico 6, o estado de Goiás lidera em número de cooperativas de crédito na região e participa com quase 45 por cento do total existente no Centro Oeste. Mato Grosso vem logo em seguida com 23 por cento, o Distrito Federal com 17 por cento e o Mato Grosso do Sul com 15 por cento completa o quadro regional.

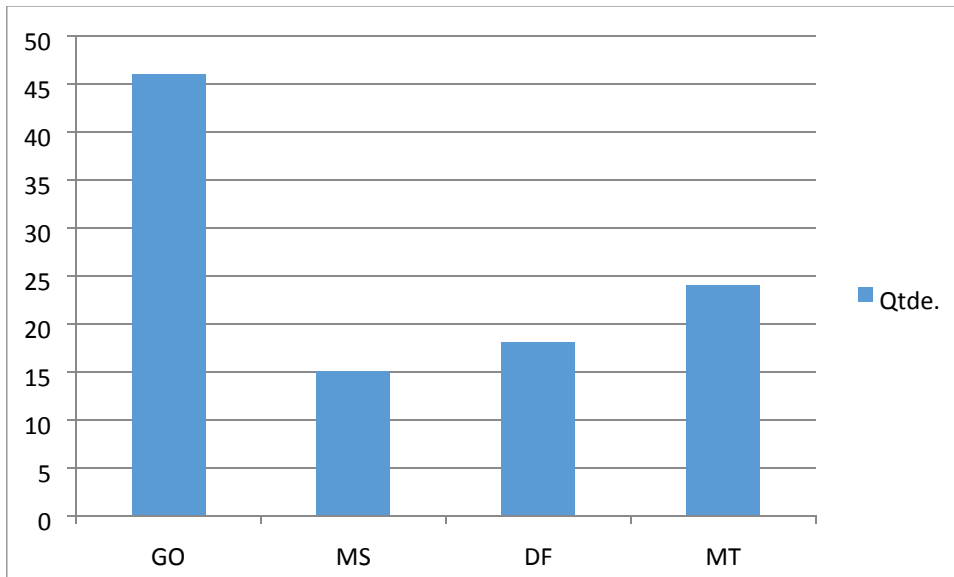


Gráfico 6. Distribuição das cooperativas de crédito pelos estados nortistas.

Fonte: Bacen (elaborado pelos autores)

4.7. Cooperativas de crédito em Alagoas.

Alagoas conta com apenas oito cooperativas de crédito, sendo cinco sediadas em Maceió e as demais em Arapiraca, Igaci e Pão de Açúcar. Sediadas em Maceió estão: a Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores do Ministério da Saúde em Maceió (SAUDCRED), a Cooperativa de Crédito Mútuo dos Servidores Público nos Estados de Alagoas, Sergipe e Bahia (FEDERALCRED LESTE), Cooperativa Rural dos Plantadores de Cana de Alagoas, a Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais de Saúde de Nível Superior, dos Servidores Federais e dos Empresários do Estado de Alagoas (UNICRED ALAGOAS) e, Cooperativa de Crédito dos Membros do Poder Judiciário, do Ministério Público, de Órgãos Jurídicos e de Servidores Públicos Estaduais e Municipais em Alagoas (JURISCRED), em Arapiraca, a Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Central Alagoano Ltda. (COOPCRAL), em Igaci, a Cooperativa de Crédito Rural do Agreste Alagoano (COOPERAGRE) e em Pão de Açúcar, a Cooperativa de Crédito Rural do Sertão Alagoano (ASCOOB COCREAL).

Convém observar que a UNICRED ALAGOAS tem pontos de atendimento, além de Maceió, nas cidades de Arapiraca, Palmeira dos Índios e Penedo. A JURISCRED mantém pontos de atendimento em Maceió e Arapiraca.

Essa incipiente participação de Alagoas e da região Nordeste do Brasil no segmento das cooperativas de crédito, demonstra de forma inequívoca dois movimentos: primeiro, a necessidade de buscar instrumentos que possibilitem o crescimento do sistema cooperativado de crédito nesses espaços territoriais e, segundo, a existência de um amplo campo a ser explorado, no sentido de fortalecer o sistema de crédito como alicerce de alavancagem do crescimento e do desenvolvimento econômico e social, idêntico ao que já vem sendo conseguido nas regiões Sul e Sudeste do Brasil.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.

Ficou evidente nas pesquisas realizadas que o cooperativismo de crédito é uma sociedade onde seus principais objetivos são: apoiar e fortalecer a economia de seus sócios; Desenvolver a região onde atua, gerando empregos, agregando valores e aumentando a renda; Trabalhar pelo desenvolvimento sustentável de suas comunidades, através de políticas aprovadas pelo seus sócios; Oferecer crédito rápido, com taxas de juros e tarifas inferiores praticadas no mercado; Educar financeiramente, estimulando a poupança dos seus sócios; Fornecer benefícios sociais, educativos, promover segurança financeira e a cobertura emergencial a seus cooperados.

As cooperativas são administradas por seus associados, que são os "donos do negócio", tendo cada associado direito a um voto, independentemente do valor de seu capital social. Não há também, o objetivo de lucro e as metas devem ser de longo prazo, uma vez que o foco principal é o atendimento às necessidades dos proprietários da cooperativa.

Cooperativismo não visa lucros, os direitos e deveres de todos são iguais e o resultado alcançado é repartido entre os cooperados, de acordo com a respectiva participação nas operações e atividades. Atualmente existem cooperativas dos mais diversos ramos: consumo, crédito, agropecuária, saúde, trabalho, educação e outros.

No Brasil de acordo com os dados obtidos através do Banco Central, atualmente existem 1.205 cooperativas de crédito, em primeiro lugar destaca-se a região sudeste, em segundo lugar a região Sul e em terceiro vem o Nordeste com um total de 111 cooperativas de crédito.

Alagoas tem atualmente 8 cooperativas de crédito situadas em Maceió, Arapiraca, Igaci e Pão de Açúcar.

Não se pode negar a importância do sistema cooperativo de crédito para o desenvolvimento de um país, de uma região ou de um território, seja ele de qual tamanho for, contudo, fica dia mais evidenciado a necessidade da própria sociedade buscar alternativas que fujam dos elevados juros e construa opções de crédito mais barato, até mesmo em relação aos bancos estatais, que são os que ainda hoje, trabalham com taxas e condições mais favoráveis, essa alternativa, pode ser as cooperativas de crédito.

5. REFERENCIAS BIBLIOGRÁFICAS

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. São Paulo: Atlas, 2009.

LIMA, Jacob Carlos. O Trabalho auto gestor em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. Revista Brasileira de Ciências Sociais. Vol. 19, Nº 56, outubro/2004. P.45-62.

MAPA – Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Evolução do Cooperativismo no Brasil. Brasília: MAPA, 2006.

POLONIO, Wilson Alves. Manual das Sociedades Cooperativas. 4ª Ed. São Paulo: Atlas, 2004.

RECH, Daniel. Cooperativas: uma alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

<http://www4.bcb.gov.br/fis/cosif/rest/buscar-instituicoes.asp> (acesso em: 19/10/2015, 21/10/2015, 15/11/2015 e 16/11/2015).

<http://cooperativismodecredito.coop.br/> (acesso em 05/10/2015, 12/10/2015 e 15/11/2015).

Veja mais no site do BACEN – <http://www.bcb.gov.br/?govcoop>

